

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Projeto Democracia Participativa

RELATÓRIO FINAL

**3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas,
Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**

Conferências Estaduais de Direitos Humanos

Coordenação: Prof. Dr. Leonardo Avritzer

Dezembro, 2015

Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Social

Nilmário Miranda

Secretário

Subsecretária de Participação Social

Ana Penido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Jaime Arturo Ramírez

Reitor

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-reitora

Equipe Projeto Democracia Participativa - PRODEP

Leonardo Avritzer – Coordenador Geral

Marjorie Correa Marona – Coordenação

Eduardo Moreira Silva – Supervisão

Priscila Zanandrez Martins (Coordenação Executiva)

Ciro Rezende

Danúbia Zanetti

Flora de Paula

Júlia Amim

Juliana Goés

Leonardo Soares Barros

Maria Alice Ferreira

Mariela Rocha

Matheus Moura Matias Miranda

Priscila Delgado

Thales Quintão

Wesley Matheus de Oliveira

Viviane Almeida

Contatos

Projeto Democracia Participativa - PRODEP

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, sala 305 do anexo.

Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus da UFMG

CEP 31.270-901 - Belo Horizonte - MG

Telefone: (31) 3409-5004 / E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br

Horário de atendimento

2ª a 6ª feira, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00.

Sumário

1. Conferências Nacionais e Estaduais: Pensando a Participação.....	4
2. Apresentação da Conferência	6
3. Eixos De Trabalho: Temas, Dinâmicas E Propostas	8
4. Dinâmica das plenárias/ Eleição dos/das delegados/ delegadas.....	24
5. Considerações Finais	25
Referências Bibliográficas	27
Anexos.....	28

1. CONFERÊNCIAS NACIONAIS E ESTADUAIS: PENSANDO A PARTICIPAÇÃO

Leonardo Avritzer

Conferências nacionais são formas de relação entre estado e sociedade civil para a determinação de prioridades para as políticas públicas. As conferências nacionais tiveram o seu marco normativo instituído no final dos anos 30 quando se deu a reorganização do Ministério da Educação e Saúde, através da lei 378 (Hochman e Fonseca, 2000). As duas primeiras conferências nacionais ocorreram em 1941, a da educação em 3 de Novembro daquele ano e a da saúde no dia 10 de novembro (Sousa et al, 2013:27). As conferências nacionais continuaram a ocorrer no Brasil no período do pós-guerra e, até mesmo, no período entre 1964 e 1985 como foi o caso da 5ª, 6ª e 7ª conferências nacionais de saúde ocorridas em 1975, 1977 e 1980 (ibid).

As conferências nacionais voltaram com força à cena política depois da Constituição de 1988 na qual formas nacionais de participação passaram a fazer parte dos capítulos sobre a institucionalidade da saúde e da assistência social. A partir daí as leis orgânicas da saúde e da assistência social passam a prever conferências em todos os níveis, federal, estadual e municipal. As conferências estaduais se originam da adaptação das leis orgânicas da saúde e da assistência social para o nível estadual e são posteriormente complementadas pelas conferências da criança e do adolescente previstas do ECA. Assim, esta é a origem no país das conferências estaduais, a regulamentação dos capítulos de políticas sociais e sistemas gestores oriundos da Constituição de 1988.

A realização de um conjunto de conferências - prática que já existia antes de 2003, mas estava fortemente limitada às práticas de algumas áreas de políticas participativas, entre as quais vale a pena destacar a saúde e a assistência social (Avritzer, 2010) - constituiu uma das marcas registradas do governo Lula. Houve durante o governo Lula uma forte expansão da participação social e posteriormente das conferências nacionais. Do total de 126 conferências realizadas no atual período democrático, 74 foram realizadas pelo governo Lula e 103 realizadas pelos governos Lula e Dilma Rousseff tomados conjuntamente. Mais de seis milhões de pessoas participaram das conferências nacionais (Avritzer e Souza, 2013). Tal marca também altera a influência das conferências sobre as políticas públicas do governo federal.

As conferências das áreas de direitos humanos foram quase todas introduzidas depois de 2003. O Brasil já havia realizado algumas conferências nacionais de direitos humanos a partir de 1997, mas a

maior parte delas e a articulação delas com conferências de direitos só ocorreu depois de 2003. O Brasil também já vinha organizando conferências da criança e do adolescente desde 1995, mas elas eram independentes da estrutura de conferências de direitos humanos. Hoje as conferências de direitos humanos são um subsetor das conferências nacionais e envolvem direitos da pessoa com deficiência, criança e adolescente, mulheres cuja primeira conferência ocorreu em 2004, conferências dos segmentos LGBT e Políticas para a Juventude cujas conferências inaugurais foram em 2008 e as conferências da pessoa com deficiência e da pessoa idosa que são de 2006. Assim, ao mesmo tempo, que as conferências de direitos humanos se generalizaram, elas também se integraram em um campo comum de conferências nacionais e estaduais.

As bases normativas para a realização das conferências estaduais se originam nas alterações das constituições estaduais, como decorrência do “efeito cascata” derivado da redação da constituição de 1988. Assim, os Estados passaram a estender os preceitos da participação popular às várias áreas de políticas sociais. O Estado de Minas Gerais realiza conferências, sistematicamente, desde os anos 1990, quando foram criados boa parte dos conselhos estaduais (Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente etc), responsáveis pela realização das etapas estaduais das conferências (Faria, 2010). Apesar de haver variações em cada área, geralmente, os conselhos nacionais estabelecem as diretrizes da conferência nacional. A partir daí o Estado formula as diretrizes para que os municípios realizem as etapas municipais das conferências. Além das propostas, os municípios enviam também os delegados para a etapa estadual.

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania foi a responsável pela organização de seis conferências estaduais de direitos humanos em 2015. São elas: IV Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa; IV Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência; IV Conferência Estadual de Juventude; III Conferência Estadual de Políticas Pública e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT; IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres; IV Conferência Estadual de Direitos Humanos. Cada área estabeleceu diretrizes para as etapas municipais e promoveu uma etapa estadual, na qual se formularam propostas de âmbito estadual e nacional, bem como se elegeram os delegados para a etapa nacional de cada área. Alguns milhares de participantes estiveram presentes nas etapas estaduais de cada área.

2. APRESENTAÇÃO DA CONFERÊNCIA

A III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT foi realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro 2015, no Hotel Tauá, em Caeté - MG. A conferência foi aprovada pela Comissão Organizadora Estadual. A organização da Conferência foi responsabilidade do Conselho, em conjunto com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) do Governo de Minas Gerais, a partir do trabalho da Comissão Organizadora eleita.

O tema da Conferência foi “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Dentre seus objetivos, estavam: I - Analisar o contexto dos municípios e do estado, com realização de diagnóstico das políticas públicas e do pacto federativo, para o enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT; II - Avaliar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, para construção do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, com o diagnóstico de cada ação apresentado pelas Secretarias de Estado envolvidas no processo; III - Referendar o pacto federativo como estratégia para enfrentar a lesbofobia, a homofobia, a bifobia e a transfobia; IV - Constituir uma Rede de Monitoramento e Avaliação com participação da gestão pública, trabalhadoras, trabalhadores, e sociedade civil, no que tange às Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT; V – Propor, discutir e consolidar as diretrizes das políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e à promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT a serem observadas pela administração pública estadual; VI – Eleger a delegação para a III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT.

O conjunto de delegados/as da Conferência eram provenientes dos municípios que realizaram conferências municipais e regionais. O conjunto de propostas elaboradas nessa etapa foram encaminhadas para a Conferência Estadual e cada eixo teve a tarefa de examinar as propostas e modificá-las. Não foi permitido elaborar novas propostas no âmbito da Conferência Estadual.

A Conferência foi iniciada com o credenciamento dos/das delegados/as no dia 16 de outubro. A plenária foi instituída nesse dia, para a sessão de abertura e instalação da III Conferência Estadual e para a discussão e aprovação do Regimento Interno¹. Houve palestra magna do Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Nilmário Miranda, que apresentou a temática da conferência e sua importância para a concretização dos direitos humanos em Minas

¹ O Regimento Interno usado como base no presente relatório foi a versão anterior à aprovação no primeiro dia da conferência. A plenária para a aprovação do Regimento ocorreu até de madrugada e ficou de posse da Comissão Organizadora.

Gerais. A mesa de trabalho de discussão e aprovação do Regimento Interno foi presidida por membro da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, pelo presidente da Comissão Organizadora e recebeu auxílio da equipe da UFMG. Os subgrupos foram coordenados também pela equipe da UFMG.

A tabela 1 abaixo apresenta informações da conferência realizada em 2015 em perspectiva comparada à conferência anterior.

Tabela 1 - Período de realização das conferências estaduais de 2011 e 2015 de acordo com o número de participantes, o número de delegados presente e o número de municípios que realizaram a conferência.

Conferências Estaduais 2015		
Tipologia	Quantitativo por Área Temática	
	Diversidade Sexual	
	Anterior	Atual
Data da Conferência Estadual	15 e 16 de outubro de 2011	16,17 e 18 de outubro
Número de Participantes previstos/ presentes	320	500/496
Número de Delegados presentes	287	421
Número de municípios que realizaram conferência	10	11
Data limite para realização da conf. municipal	Realização das Conferências Municipais até dia 23 de setembro.	

Fonte: elaboração própria com base em informações da SEDPAC.

Na Conferência anterior, realizada no dia 15 e 12 de outubro de 2011, tivemos 320 pessoas presentes enquanto em 16 ao dia 18 de outubro de 2015 a previsão de participação era de 500 pessoas, porém tivemos presentes 496 pessoas. Podemos notar que a expectativa para a Conferência de 2015 foi alcançada, uma vez que os números são bem próximos.

Na conferência passada dos 320 participantes presentes, 287 eram delegados e 33 convidados, na atual dos 496 participantes presentes, 421 eram delegados e 75 convidados. O número de participantes e delegados aumentaram da conferência anterior para a atual. Tivemos um município a mais que realizou conferência.

3. EIXOS DE TRABALHO: TEMAS, DINÂMICAS E PROPOSTAS.

O tema principal, de acordo com a orientação da Conferência Nacional de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT foi dividido em quatro painéis e quatro eixos. Cada eixo teve como objetivo debater o seu tema, construindo diretrizes e ações estratégicas para alcançá-las. Os painéis ocorreram na parte da manhã do dia 17 de outubro e foram: PAINEL 1 – Direitos Fundamentais, Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT; PAINEL 2 – Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos; PAINEL 3 – Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social; PAINEL 4 – Marcos Jurídico-Normativos, Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT. E os eixos foram: Eixo I – Direitos Fundamentais, Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT; Eixo II – Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos; Eixo III – Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social; e Eixo IV – Marcos Jurídico-Normativos, Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT.

Conforme o regimento interno da Conferência Estadual, em cada um dos eixos deveria ser respeitado os seus objetivos, a saber: I - Analisar o contexto dos municípios e do estado, com realização de diagnóstico das políticas públicas e do pacto federativo, para o enfrentamento das violências e da vulnerabilidade relacionadas à população LGBT; II - Avaliar a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, para construção do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, com o diagnóstico de cada ação apresentado pelas Secretarias de Estado envolvidas no processo; III - Referendar o pacto federativo como estratégia para enfrentar a lesbofobia, a homofobia, a bifobia e a transfobia; IV - Constituir uma Rede de Monitoramento e Avaliação com participação da gestão pública, trabalhadoras, trabalhadores, e sociedade civil, no que tange às Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT; V – Propor, discutir e consolidar as diretrizes das políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e à promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT a serem observadas pela administração pública estadual; VI – Eleger a delegação para a III Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT.

A dinâmica de trabalho dos grupos temáticos foi regulamentada pelo regimento aprovado no primeiro dia da Conferência. De acordo com ele, os grupos se reuniram no segundo dia à tarde, depois dos painéis que ocorreram no período da manhã. Depois da apresentação do tema dos eixos

pelos/as palestrantes, a equipe da Universidade Federal de Minas Gerais foi responsável pela condução técnica/metodológica dos trabalhos nos grupos. Os grupos contaram com a ajuda de relatores advindos do Governo Estadual e da sociedade civil, estes eleitos pelo grupo. Ao final, cada grupo teve a tarefa de apresentar 06 (seis) propostas para a esfera estadual e nacional. As diretrizes apreciadas tiveram origem nas conferências municipais e regionais LGBT.

As deliberações foram aprovadas em maioria simples no Grupo de Trabalho, sintetizadas, transcritas e lidas pela relatoria em Plenária Final para serem aprovadas. A seguir, apresentaremos os temas de cada eixo, a dinâmica dos trabalhos e as diretrizes e ações aprovadas em cada grupo.

Eixo 1 - Direitos Fundamentais, Políticas Intersectoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT

Os/as delegados/as reunidos no eixo 1 da Conferência LGBT examinaram um conjunto transversal de propostas, entre elas, o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a população LGBT, incluindo a garantia de mecanismos eficazes de denúncia, a adequação das leis e garantia de recursos orçamentários; a conscientização da população sobre o preconceito contra a população LGBT e a capacitação dos profissionais do Estado; a garantia do direito à utilização do nome social e o desenvolvimento de dados que sirvam como suporte para construção de políticas públicas, entre outros.

A metodologia foi proposta pela equipe da UFMG, composta por Clarisse Paradis e Mariela Rocha e endossada pelos facilitadores do eixo – Azílton Viana, membro do Cellos e Ana Penido, Subsecretária de participação do Governo do Estado. A metodologia consistiu na distribuição dos/as delegados/as em cinco subgrupos, divididos conforme os temas que agrupavam as propostas advindas das conferências municipais. Assim, os/as participantes escolheram o subgrupo conforme a afinidade com o tema e se dedicaram a examinar em torno de 10 a 15 propostas. Ao final do trabalho, cada subgrupo elegeu três propostas estaduais e duas nacionais, somando quinze propostas estaduais e dez nacionais. Como a tarefa do eixo era priorizar dez propostas estaduais e seis propostas nacionais, os/as delegados/as votaram em todas as proposições selecionadas pelos subgrupos e as mais votadas foram levadas para a plenária final.

Os trabalhos do grupo começaram com a apresentação da equipe de suporte e das tarefas do eixo pelo membro da comissão organizadora e facilitador do grupo, Azílton Viana. Logo depois a subsecretária Ana Penido apresentou os objetivos da conferência e as expectativas do governo. Ela

também ajudou a combinar a dinâmica de trabalho com os/as delegados/as. A equipe técnica contou ainda com duas relatoras da SEDPAC, Eduarda Lorena e Camila Felix. Ambas auxiliaram no recebimento das proposições dos subgrupos e no desenvolvimento do relatório.

As coordenadoras Clárisse Paradis e Mariela Rocha iniciaram sua condução acordando a metodologia de divisão dos subgrupos e também frisaram, por orientação da Ana, o tempo de fala dos/as delegados/as e as regras concernentes à “questão de ordem” e esclarecimentos. Também acordaram que as falas seriam ordenadas não só pela ordem temporal, mas também respeitando a diversidade de gênero e de arena de atuação (governo ou sociedade civil).

Foi eleito um relator da sociedade civil para auxiliar os trabalhos e fiscalizar o andamento da relatoria e, depois de votada a metodologia, o grupo contava com sessenta delegados/as, que deram início aos trabalhos nos subgrupos às 15h10. Os subgrupos foram compostos pelo número de 7 a 18 delegados/as.

O trabalho nos subgrupos se deu de forma muito tranquila e participativa. Foi possível perceber que os/as delegados/as se engajaram bastante nas discussões e nas reformulações das propostas. Concluído o trabalho dos subgrupos, as proposições selecionadas foram lidas e projetadas para os/as participantes, que receberam novos destaques. Em alguns momentos, a discussão se tornou mais divergente, então a coordenação proporcionou a inscrição de falas para que o grupo pudesse ser esclarecido das diferentes interpretações e visões das propostas. Ao final desse trabalho, houve uma pausa para que os/as delegados/as descansassem e também para que eles pudessem pensar as propostas em que iriam votar.

Ao final da pausa, as proposições estaduais e depois as nacionais foram colocadas, uma a uma, em votação. Depois da contagem dos votos, as mais votadas foram destacadas e lidas no grupo. Os trabalhos foram concluídos e a comissão de relatoria enviou as proposições para a plenária final.

De uma maneira geral, a metodologia funcionou muito bem. A coordenação não teve nenhum problema na condução do grupo. Dois fatores ajudaram no bom andamento: o membro da comissão organizadora, Azílton, apresentou a equipe técnica no início e isso a legitimou para condução do trabalho. Em segundo lugar, de acordo com a programação, no período da manhã, o eixo se reuniu para discutir os temas que seriam abordados e, no momento da tarde, de exame das propostas, o debate político já tinha sido desenvolvido e os/as delegados/as se concentraram no trabalho de aprimorar as propostas, com base na discussão precedente.

O relatório de propostas encaminhadas pelas conferências livres, municipais e regionais para o âmbito estadual contou com 79 proposições, divididas em seis categorias, a saber: 1) institucionalização da participação; 2) fortalecimento das políticas públicas; 3) políticas de reconhecimento; 4) capacitação; 5) combate à violência; 6) conscientização, acesso à informação e divulgação das ações.

De maneira geral, os destaques sobre as propostas objetivaram reformas na redação, esclarecimentos técnicos, aglutinação de propostas parecidas e supressão de proposições julgadas imprecisas ou inconsistentes. Os/as delegados/as debateram alguns termos como a noção de identidade de gênero, de “trans”, a questão do nome social e as formas de linguagem e escrita que incluíssem a diversidade sexual (como o uso do x). Também foi discutida a questão da proibição de doação de sangue pela população LGBT. Além disso, foi discutido a introdução de um protocolo de atendimento aos casos de violência e também a punição de agentes públicos que praticaram violação dos direitos humanos da população LGBT. Outras várias questões foram abordadas.

As propostas priorizadas atenderam o critério de competência, isto é, foram adequadas às prerrogativas do executivo estadual e nacional e versaram sobre o tema do eixo, contribuindo com o seguimento das discussões que se iniciaram no âmbito municipal, a partir do esforço de reforma das propostas. O fato de o relatório das propostas estar dividido em categorias e elas terem sido utilizadas para a divisão dos/as delegados/as nos subgrupos facilitou o trabalho da melhoria das proposições e aglutinação daquelas parecidas. Também possibilitou um trabalho mais focado.

Propostas aprovadas – âmbito estadual

1. Realizar e tornar público diagnóstico técnico sócio econômico com a comunidade LGBT identificando seu perfil com ações de desenvolvimento de políticas públicas (Censo).
2. Incorporação da questão de gênero e orientação sexual, na formação continuada de profissionais do estado, contemplando os direitos humanos de LGBT e prevenção e combate à lesbofobia, homofobia, bifobia e transfobia.
3. Criar conselho estadual, com caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, garantindo também a secretaria executiva LGBT, com previsão e dotação orçamentária para realização das políticas públicas, o conselho estadual garantirá a criação de conselhos regionais.
4. Criar estratégias para melhorar a qualificação dos registros de violência motivadas em razão da orientação sexual e identidade de gênero como, por exemplo, criação de um protocolo integrado para atendimentos a denúncias sofridas pela população LGBT em todas as secretarias, defensoria pública, polícias civil e militar, e criação de um comitê gestor estratégico intersertorial de monitoramento das políticas de segurança pública para a

população LGBT , na estrutura da polícia militar de MG.

5. Criação e garantia de manutenção de casas de acolhimento regionais para população LGBT em situação de vulnerabilidade social em cada um dos territórios de desenvolvimento do estado.
6. Instalar e manter centros de referência regionais em direitos humanos e cidadania LGBT em cada um dos territórios de desenvolvimento do estado.
7. Garantir no PPAG e LDO de 2016/2019 dotação orçamentária para ser executada pela SEDPAC (Secretaria Estadual de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania) para implementação de políticas públicas para cidadania e promoção dos direitos humanos, combate à violência da população LGBT.
8. Garantir políticas de educação em direitos humanos com a criação do programa de capacitação de agentes públicos, principalmente, nas áreas de saúde, educação e assistência social, em orientação sexual e identidade de gênero e militantes LGBT no controle social.
9. Operacionalizar os mecanismos de responsabilização de servidores que descumpram as orientações do adequado atendimento em relação a orientação sexual e identidade de gênero, aos moldes do estatuto do servidor estadual.
10. Promover o reconhecimento do direito ou identidade de gênero a pessoas trans, através da inclusão do nome social e identidade de gênero em todos os cadastros e formulários públicos do Estado; garantir o uso do banheiro de acordo com sua identidade de gênero e implantar o processo de transição garantindo inclusive, a hormonização e cirurgias contempladas na portaria nacional nº 2.803/2013.

Propostas aprovadas – âmbito nacional

1. Garantir a execução do plano nacional de políticas públicas de direitos humanos para a população LGBT, garantindo as interseccionalidades.
2. Garantir a participação LGBT em todos os conselhos, criando regimentalmente pelo menos uma vaga específica para o movimento LGBT em cada conselho nacional.
3. Reestruturar os registros do disque 100 visando qualificá-los para produção de respostas resolutivas em nível local aos cidadãos e cidadãs que tiveram seus direitos violados em razão de orientação sexual e identidade de gênero.
4. Criar o fundo nacional para financiamento das políticas públicas LGBT a ser gerido pelo Conselho nacional de combate à discriminação / LGBT.
5. Criar um programa nacional de profissionalização e acesso ao trabalho e renda, vinculado ao programa nacional de incentivo fiscal às empresas e indústrias para a contratação de

trabalhadoras(es) LGBT.

6. Indicação ao Ministério da Saúde para que revogue a portaria que proíbe a doação de sangue por homens que fazem sexo com outros homens.

Eixo 2 - Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos

No início dos trabalhos, a facilitadora do grupo, Larissa, propôs aos participantes que aquele momento fosse dedicado a fala das pessoas abordando a temática da cultura. Isso porque que não houve tempo hábil para tratar da temática nas discussões que ocorreram pela manhã.

Duas pessoas, representantes da sociedade civil, se dispuseram a contribuir com a temática. A plenária aprovou, por contraste, que haverá um tempo para as falas sobre a temática da cultura. Dessa forma, houve um tempo de 20 minutos de fala sobre a cultura, abordando a importância desse campo para a LGBT e necessidade de mais investimentos.

As coordenadoras apresentaram ao grupo a metodologia de trabalho proposta pela UFMG: divisão em subgrupos no qual cada subgrupo debateria. Dessa forma, os participantes deveriam priorizar nos subgrupos 04 propostas de âmbito estadual e 02 de âmbito nacional. Após os trabalhos e discussões, cada grupo elegeria seus respectivos relatores e apresentariam as propostas de cada grupo ao pleno. Ao final, deveriam ser priorizadas 10 propostas de âmbito estadual e 06 de âmbito nacional que seriam levadas para a plenária final. A metodologia sugerida foi adotada pelos participantes. O grupo foi dividido em quatro subgrupos.

Destaca-se entre todas as propostas aprovadas a preocupação dos participantes do grupo em tentar estabelecer um equilíbrio de propostas incorporadas que pudessem contemplar as políticas de educação, cultura e comunicação (tema do eixo), de forma que a discussão não se concentrasse em apenas um tópico desta temática. Podemos identificar demandas importantes relacionadas à educação, como garantir o acesso e permanência das pessoas LGBT na educação regular e profissional, apresentadas tanto nas propostas estaduais quanto nacionais, e a necessidade de criação de um currículo escolar que trabalhe temáticas como gênero e diversidade sexual. Também foi destacada a necessidade de se criar campanhas publicitárias de conscientização sobre a temática LGBT e de se investir em artistas LGBT por meio de lei de incentivo à cultura etc. Um ponto que merece destaque é a primeira proposta para âmbito estadual: “criação de um conselho estadual LGBT”. Apesar de não estar diretamente vinculada a temática do eixo, destaca-se que os participantes acreditam que esse é um instrumento importante na luta pelas conquistas nas políticas públicas do estado.

Propostas aprovadas – âmbito estadual

1. Criar Conselho Estadual LGBT, com paridade entre o governo e sociedade civil, para elaborar as diretrizes para as Políticas Públicas no Estado de Minas Gerais, criar fóruns regionais e fazer o controle social por meio de diagnósticos traçando panoramas e perfis dos grupos a serem atingidos.
2. Qualificar profissionais das escolas e das Superintendências Regionais de Ensino para acolhimento dos casos de violência, preconceito e discriminação no ambiente escolar e desenvolver ações de educação em Direitos Humanos, através de campanhas educativas, incluindo outros espaços de participação como conselhos de direitos, grupos e entidades sociais, dentre outros.
3. Considerar em todas as campanhas publicitárias estaduais sobre qualquer assunto voltadas para o público geral (TV, rádio e demais mídias) representações de pessoas LGBT.
4. Promover campanha institucional publicitária, ampliando a divulgação do decreto estadual número 8496/2011 SEPLAG/SEDESE para abranger todas as instâncias municipais e estaduais, para que se estabeleça o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais, respeitando as identidades de gênero.
5. Articular com as gestões estaduais que no Plano Plurianual do estado seja destinado um orçamento para ações de valorização da cidadania LGBT.
6. Garantir o acesso e permanência das pessoas LGBT na educação regular em qualquer modalidade e na qualificação profissional de modo a promover a inclusão destas no mercado de trabalho, em estágios remunerados, trabalho formal e no primeiro emprego com programas e ações específicas para inclusão de travestis e mulheres e homens trans.
7. Elaborar e implementar ações que garantam a abordagem plural dos direitos humanos, de forma transdisciplinar, em todas as etapas da educação básica no intuito de garantir uma formação escolar que tenha como princípio a cidadania.
8. Criar e implementar editais de chamamento público artístico e cultural específicos sobre a temática LGBT em âmbito estadual e nacional.
9. Criar um programa de enfrentamento à LGBTfobia em âmbito estadual para as instituições de ensino.
10. Promoção e financiamento por parte do Estado de Minas Gerais, buscando parcerias com instituições de ensino federais e estaduais, de mostras artísticas, festivais de cinema e de dança, peças teatrais, produções literárias e outras expressões culturais diversas, com temáticas LGBT, com o intuito de fomentar e valorizar a visibilidade dessas expressões e a produção cultural local e para a promoção de seminários formativos com o intuito de

capacitar e empoderar as lideranças e militâncias LGBT.

Propostas aprovadas – âmbito nacional

1. Inclusão das temáticas de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual nos Planos de Educação, em nível municipal e estadual, nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas e nas iniciativas de formação docente, inicial e continuada, a fim de ampliar o debate dessas temáticas nas escolas e nas universidades, promovendo a conscientização em parceria com os movimentos sociais e a sociedade civil acerca das especificidades da população LGBT, tais como o uso do nome social para estudantes travestis e transexuais, o respeito às expressões de gênero e sexualidades, o combate às violências, etc.
2. Criar a Semana das Identidades e Diversidades LGBT juntamente com circuitos culturais (acadêmicos, artísticos e esportivos) dentro do calendário escolar nas redes municipais, estaduais e federais.
3. Garantir o acesso e permanência das pessoas LGBT na educação regular em qualquer modalidade e na qualificação profissional de modo a promover a inclusão destas no mercado de trabalho, em estágios remunerados, trabalho formal e no primeiro emprego com programas e ações específicas para inclusão de travestis e mulheres e homens trans.
4. Incentivar e garantir por parte do poder público federal campanhas educativas de promoção e visibilidade dos direitos da população LGBT.
5. Criar e implementar, pela Secretaria de Cultura/MinC, em conjunto com os planos estadual e nacional, oficinas voltadas para capacitar grupos e artistas LGBT para elaboração e gestão de projetos culturais e captação de recursos junto às Leis de Incentivo à Cultura, promovendo a identificação e divulgação desses artistas, estimulando o recorte voltado à diversidade sexual e gênero nos editais e chamamentos públicos do programa, criando a possibilidade de incubar projetos de visibilidade e da cultura da população LGBT.
6. Criar vídeos curtos e peças de comunicação institucionais publicitárias sobre a temática LGBT, étnico-racial e cultural, com ampla divulgação nas mídias (TV, rádio, internet, jornais, materiais impressos e redes sociais) e que sejam feitos materiais específicos para as datas oficiais dessas temáticas e que haja a promoção de espaços nas diferentes mídias, focados nas manifestações por direitos LGBT.

Eixo 3 - Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social

No dia 17 de outubro de 2015, no Tauá Resort (Caeté/MG), em continuidade às atividades da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis e Transexuais (LGBT), iniciaram-se, às 14 horas, os grupos de trabalho. O Eixo III debateu a temática “Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social”. Segundo documento orientador da Conferência, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações tanto de iniciativa dos Poderes Públicos como da sociedade. São medidas que tem como fim a proteção social; são políticas que visam, entre outras coisas, reduzir os riscos e as vulnerabilidades sociais” (MINAS GERAIS, 2015, p. 16). Dessa forma, este Eixo objetivava debater o alcance das ações no campo da saúde, assistência e previdência social, buscando-se analisar e avaliar as medidas formuladas em âmbito municipal, estadual ou federal considerando-as a partir de sua vinculação a um sistema de proteção social (MINAS GERAIS, 2015).

As atividades deste grupo foram coordenadas, inicialmente, por Célia Nahas, Coordenadora Especial de Políticas para Criança e Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC) do Governo de Minas Gerais. No entanto, o delegado Gustavo, indicado pela comissão organizadora da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) para realizar uma exposição acerca da temática a ser discutida, assumiu, em grande parte, a coordenação dos trabalhos. Ciro Antônio da Silva Resende e Priscila Zanandrez Martins, integrantes do Projeto Democracia Participativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Fundação IPEAD –, estiveram na equipe de apoio. A relatoria ficou sob a responsabilidade de Dhiancesar Pinto Lopes, servidor da SEDPAC, o qual contou com a colaboração de Elenir Rios dos Santos, também servidora da SEDPAC.

Inicialmente, Gustavo realizou uma exposição acerca da temática, destacando que, nos últimos dez anos, ocorreram avanços, como a ampliação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Segundo o expositor, o grande desafio é pensar na inclusão da população LGBT nas políticas públicas. Durante sua fala, diversos participantes do grupo de trabalho posicionaram-se, apresentando questões como as que seguem: será que os equipamentos existentes estão preparados para atender a população LGBT?; o que pode ser feito para melhorar a atenção no Sistema Único de Saúde (SUS)?; o Cadastro Único é deficiente no cadastro da população LGBT; é preciso chamar a atenção do Congresso Nacional para o avanço nas pautas sociais.

Concluída a apresentação da temática, a equipe de apoio da UFMG apresentou uma sugestão de metodologia, segundo a qual os delegados seriam divididos em cinco grupos menores, de modo que cada grupo pudesse focar sua discussão em um número reduzido de propostas. A equipe ressaltou que o Eixo III recebera oitenta e seis propostas advindas dos municípios e que o objetivo daquele grupo era selecionar dez propostas de âmbito estadual e seis propostas de âmbito nacional. Sugeriu-

se que, em um primeiro momento, os pequenos grupos selecionam-se quatro propostas estaduais e duas propostas nacionais, de forma que, posteriormente, toda a Plenária do Eixo III pudesse priorizar o número de propostas determinado pelo Regimento Interno da Conferência. No entanto, os delegados Leonardo e Gustavo posicionaram-se contrariamente à sugestão, propondo a votação de todos os itens por toda a Plenária, sem a divisão em pequenos grupos. A delegada Debora Correa Guedes apresentou uma terceira alternativa de metodologia, a qual se referiu à divisão em grupos menores com vistas a compilar propostas para, na sequência, proceder a votação. As três sugestões foram colocadas em votação, sendo que a primeira obteve vinte e um votos, a segunda obteve trinta e cinco votos e a terceira obteve dezesseis votos.

A partir desse momento, o delegado Gustavo, que havia realizado a exposição da temática, assumiu a coordenação dos trabalhos, sendo auxiliado por outro delegado também chamado Gustavo, o qual foi um dos autores da sugestão de metodologia aprovada. No entanto, ambos conduziram as atividades apresentando destaques e interferindo fortemente nas decisões. Este fato foi comunicado a representantes da SEDPAC, que foram até o grupo interromper os trabalhos e solicitar uma alteração na coordenação. Célia Nahas assumiu a coordenação, entretanto, não pôde permanecer no grupo até o final. Assim, uma delegada foi escolhida para concluir o processo de coordenação, assumindo o compromisso de não apresentar destaques. Vale assinalar que a comissão organizadora encaminhou duas novas propostas advindas de municípios, as quais não constavam no documento consolidado disponibilizado aos delegados. Dessa forma, o número total de propostas discutidas foi oitenta e oito.

Foram lidas todas as propostas, recebendo-se, durante a leitura, as inscrições para destaques. Terminada a leitura, os delegados inscritos apresentaram seus destaques, os quais foram apreciados pelos demais delegados. A grande maioria das propostas recebeu destaques. Aquelas que não os receberam foram consideradas aprovadas em bloco para discussão na fase seguinte. Nesta, os delegados votaram as propostas e definiram sua destinação ao âmbito estadual ou ao âmbito nacional. As propostas estaduais aprovadas no Eixo III perpassaram, em grande medida, a necessidade de políticas públicas de saúde, assistência social e previdência social que realmente considerem um recorte de orientação sexual e de identidade de gênero. Estas propostas, na concepção dos delegados presentes, seriam essenciais para a proteção dos direitos da população LGBT.

As propostas nacionais aprovadas no Eixo III destacaram fortemente a necessidade de se garantir orçamento para que políticas públicas voltadas à população LGBT possam ser garantidas. A adequação de serviços públicos para a população de rua e para crianças transexuais também esteve presente no conteúdo das propostas.

Encerrada a fase de discussão, a coordenação apresentou ao grupo as dez propostas de âmbito estadual e as seis propostas de âmbito nacional selecionadas pelo Eixo III, as quais foram encaminhadas à Plenária Final da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). As propostas foram aplaudidas por todos os participantes do grupo de trabalho. Por fim, a coordenação agradeceu a todos os presentes, encerrando as atividades do Eixo III.

Propostas aprovadas – âmbito estadual

1. Adequar os serviços da Política de Assistência Social para a população de rua à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais com execução direta, principalmente os de acolhimento institucional, considerando a urgência da ampliação e reordenação dos serviços, com vistas a garantir atendimento adequado às travestis, mulheres e homens transexuais, com respeito à sua identidade de gênero e nome social, garantindo recorte geracional, sendo o atendimento humanizado, sem discriminação e que respeite à privacidade e individualidade, não expondo às situações vexatórias.
2. Garantia do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na política de saúde da pessoa em privação de liberdade, inclusive do sistema socioeducativo, observando o atendimento das suas demandas de saúde, incluindo a terapia hormonal para pessoas trans, além disso, é preciso efetivar o direito de inserção no sistema prisional e centros de internação, segundo sua identidade de gênero.
3. Garantir a formulação e implementação de um Plano Estadual de Saúde Integral LGBT, fortalecendo a saúde integral LGBT em todos os níveis de atenção, tendo como porta de entrada a atenção primária, e contemplando um orçamento adequado para subsidiar todas as ações propostas pelo mesmo.
4. Garantir o atendimento e o acolhimento institucional de travestis e mulheres transexuais nos equipamentos de acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência, respeitando-se a identidade de gênero e orientação sexual.
5. Garantir na estrutura do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – políticas de formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras, temática de gênero e diversidade sexual.
6. Implementar e garantir orçamento para políticas habitacionais voltadas à população LGBT considerando o contexto de vulnerabilidade e violência a que estão submetidos. Que a população LGBT em situação de rua seja prioritária nos critérios de elegibilidade para o Programa Bolsa Moradia.

7. Organizar a rede de proteção de violação de direitos das pessoas LGBT com ações permanentes nos CRAS, CREAS e outras instituições.
8. Criar estruturas alternativas de capacitação empreendedora, via Sistema S, para população LGBT, em especial, para travestis e transexuais, com a finalidade de geração de renda. Recomenda-se às agências de fomento que disponibilizem linhas de crédito e microcrédito e a criação de associações e cooperativas de trabalhadores LGBT, em especial, travestis e transexuais. Justifica-se a proposta para a inclusão da população LGBT, em especial, travestis e transexuais, no mundo do trabalho.
9. Promover ações e trabalho de sensibilização junto aos instrumentos públicos – exemplo: Programa Municipal de Emprego e Renda, NIAT, etc e do Sistema “S” para alcançar os dirigentes de empresas, de modo a promover o enfrentamento em relação à discriminação dada ao trabalhador\a LGBT.
10. Campanhas de incentivo a empregabilidade às pessoas LGBT.

Propostas aprovadas – âmbito nacional

1. Adequar os serviços da Política de Assistência Social para a população de rua à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais com execução direta, principalmente os de acolhimento institucional, considerando a urgência da ampliação e reordenação dos serviços, com vistas a garantir atendimento adequado às travestis, mulheres e homens transexuais, com respeito à sua identidade de gênero e nome social, garantindo recorte geracional, sendo o atendimento humanizado, sem discriminação e que respeite à privacidade e individualidade, não expondo às situações vexatórias.
2. Formulação de uma política de saúde de redução de danos para crianças transexuais - evitando suicídios, depressões profundas que levam ao abandono da escola e mutilações, entre outros - que ofereça bloqueamento do desenvolvimento de características sexuais secundárias para crianças transexuais.
3. Criar, priorizar e aumentar os orçamentos específicos às secretarias, grupos de trabalho e demais estratégias e ações nos níveis municipal, estadual e nacional; levando em consideração a ausência da caracterização e análise da questão orçamentária em relação à saúde, assistência em geral e às políticas de inclusão de LGBT.
4. Garantia do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na política de saúde da pessoa em privação de liberdade, inclusive do sistema socioeducativo, observando o atendimento das suas demandas de saúde, incluindo a terapia hormonal para pessoas trans, além disso, é preciso efetivar o direito de inserção no sistema prisional e centros de

internação, segundo sua identidade de gênero.

5. Implementar e garantir orçamento para políticas habitacionais voltadas à população LGBT considerando o contexto de vulnerabilidade e violência a que estão submetidos. Que a população LGBT em situação de rua seja prioritária nos critérios de elegibilidade para o Programa Bolsa Moradia.
6. Garantia do uso do nome social das pessoas trans em todos os atendimentos no INSS, para qualquer benefício ou serviço previdenciário.

Eixo 4 - Marcos Jurídico-Normativos, Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT

Desde os anos 80 tramitam no Congresso projetos de leis que visam o reconhecimento dos direitos da população LGBT, como a criminalização da homofobia. Contudo, os avanços dessa área foram poucos, devido à resistência dos setores conservadores. Considerando isso, uma das prioridades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT é o a aprovação do PLC 7582/2014, que define crimes de ódio por vários motivos, como a motivação por orientação sexual e/ou identidade de gênero (o que inclui a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia). Além disso, a violência não se dá apenas na forma de criminalidade. Por isso, para além dos marcos jurídicos-normativos que enfrentem os crimes de ódio, são necessários marcos que garantam a população LGBT os mesmos direitos das demais, considerando suas especificidades.

Assim, este eixo tem como objetivo a realização de um diagnóstico sobre as proposições que buscam garantia de direitos da população LGBT e o aprofundamento do debate sobre segurança pública e o sistema de justiça como promotor de direitos. Além disso, as metas consistem na identificação dos marcos-jurídicos já existentes (nos municípios, estados e nacionalmente), bem como mapeamento de políticas públicas voltadas para o combate à discriminação da população LGBT.

Para condução do grupo de trabalho que discutiu as propostas referentes a este eixo foi sugerida a seguinte metodologia: I - divisão do pleno em subgrupos com número similar de propostas para serem analisadas; II - priorização, em cada subgrupo, de 4 propostas de âmbito estadual e 2 de âmbito nacional; III - reorganização do GT em formato de plenária e priorização, das propostas dos subgrupos, de 10 de âmbito estadual e 06 de âmbito nacional. Além disso, poderiam haver destaques de supressão, acréscimo ou aglutinação e o tempo de falas seria de 2 minutos.

O grupo tinha que analisar 67 propostas, divididas em 13 categorias. Após apresentação geral destas, a mesa coordenadora do GT sugeriu a metodologia acima. Contudo, alguns delegados encontraram

diferenças entre o que tinham enviado como propostas municipais e o que estava no caderno para ser analisado. Assim, eles sugeriram a leitura de proposta por proposta, destaques, votação dos mesmos e depois priorização das propostas que iriam para a plenária final.

Esta proposta foi aceita pela plenária e o debate foi iniciado. Contudo, como esse modelo de metodologia é mais lento, na metade da atividade a coordenação do grupo sugeriu dar alguns minutos para os delegados analisarem as propostas faltantes (individualmente ou em pequenos grupos), para agilizar o processo de destaque. Nesse tempo, a plenária se organizou em subgrupos de maneira informal. Os destaques foram votados e, ao final, foram priorizadas 10 propostas para o âmbito estadual e 6 para o âmbito nacional.

Em relação aos marcos jurídicos para combate à violência e discriminação contra a população LGBT, as propostas mostram que o sistema de justiça atual não é neutro em relação a este público. Porém, ao invés de garantir direitos, intensifica a discriminação. Isso pode ser visto nas propostas 1, 3, 4, 9 e 10 de âmbito estadual. A atual relação entre os agentes públicos da área de segurança e do poder judiciário com a população LGBT é marcada pela negação do direito do uso do nome social, por diversas formas de violência dentro do sistema prisional, ausência do reconhecimento da existência de crimes motivados pela LGBTfobia, etc. Assim, as propostas buscam: I – evitar que o sistema de segurança pública e de justiça violento e criminalize a população LGBT (através de capacitação dos agentes públicos, por exemplo); II – garantir a população LGBT iguais direitos em relação aos demais (como atendimento às mulheres trans e travestis na delegacia de mulheres) e; III – garantir que os sistemas de segurança pública e justiça sejam uma forma de garantia de direitos da população LGBT (como aprovação da Lei João Nery - Lei 5002/2013, proposta 3 de âmbito nacional).

Além disso, ressalta-se que as propostas evidenciam a busca por representatividade da população LGBT no governo, bem como financiamento de políticas públicas para este público. Assim, destacam-se as propostas 1, 4 e 5 de âmbito nacional, que tratam de reserva de vagas para a população LGBT em universidades, concursos públicos e no Congresso Nacional, bem como garantia de orçamento na LDO, LOA e PPA. As propostas 6 e 7 de âmbito estadual também evidenciam isto, pois tratam tanto da garantia de orçamento quanto da garantia de conselhos, para garantia do controle social sobre este. Por fim, destaca-se a proposta 5 de âmbito estadual, que busca garantir levantamentos e diagnósticos sobre violência contra a população LGBT; e as propostas 8 (de âmbito estadual e 6 (de âmbito nacional). A primeira busca garantir a implantação da Política de Saúde Integral LGBT e a segunda, garantir as (os) profissionais do sexo direitos

trabalhistas através do MEI– Micro Empreendedor Individual. Estas duas últimas propostas referem-se a garantia de acesso aos direitos básicos, como saúde e trabalho.

Propostas aprovadas – âmbito estadual

1. Capacitação continuada de agentes públicos da segurança pública (sistema prisional, policiais, guardas municipais, civis) e do poder judiciário, no tratamento e abordagem da população LGBTT. Capacitação essa efetivada pelos movimentos sociais locais e coordenada pela CODS. Exemplo da implementação da Resolução nº1/2014 do CNCD-LGBT.
2. Garantir o atendimento a mulheres trans e travestis nas delegacias de mulheres e criação de núcleos de apoio jurídico, psicológico e de assistência social à população LGBT.
3. Fiscalizar e garantir o uso do campo do nome social, orientação sexual e identidade de gênero, respeitando a autodeclaração, nos de Boletins de Ocorrência (REDs) e TCO, acrescentando os crimes de LGBTfobia para registro de ocorrências vinculadas ao Público LGBT, para efeitos estatísticos e mapeamento da violência homo/lesbo/bi/transfóbica até o primeiro semestre de 2016.
4. Ampliar, fortalecer e fiscalizar a atuação da rede especializada de atendimento da violência contra a população LGBT, no sistema da polícia civil e militar, garantindo à saúde (inclusive terapia de hormonização), a integridade física e a segurança da população LGBT no sistema prisional, particularmente o direito à cela especial, bem como a criação de uma defensoria pública especializada para os direitos LGBT.
5. Diante dos levantamentos e diagnósticos das ocorrências sobre a violência contra a população LGBT, publicizar os dados para que sejam traçadas diretrizes de formação e inter-relação entre os segmentos sociais, jurídicos, educativos, de saúde e do poder legislativo, e criar um órgão fiscalizador, tal como a Ouvidoria.
6. Incluir dotação de orçamento para implementação de políticas públicas para cidadania LGBT no PPA, LDO e LOA para políticas públicas LGBT.
7. Criação, regulamentação, implementação e fortalecimento dos conselhos municipal, estadual, regional (em cada Território de Desenvolvimento do Estado) de Direitos da população LGBT, com caráter deliberativo.
8. Implantação da Política de Saúde Integral LGBT, disponibilizando o tratamento integral no processo transexualizador, devendo ser reabertos ambulatorios regionais especializados para atender à demanda existente e criados novos.
9. Modificação da Lei da Estadual 14.170/2007 para inclusão da discriminação por identidade

de gênero, proibindo a discriminação em locais públicos e privados de acesso público, revertendo o valor da multa aplicada a um Fundo Público LGBT.

10. Articulação entre o Ministério Público, a OAB, Defensoria pública, Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Secretaria de Direitos Humanos para viabilizar e agilizar o processo de alteração do nome civil de transexuais, travestis e intersexuais.

Propostas aprovadas – âmbito nacional

1. Reservar as pessoas travestis e transexuais, devidamente cadastradas no Registro de Identificação Social, 5% das vagas oferecidas em universidades e nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
2. Alterar o artigo 140, do Código Penal Brasileiro, Decreto Lei nº 2.848 de 1940, para que seja incluído no parágrafo 3º “Orientação Sexual e Identidade de Gênero” pena de multa a ser revertida ao Fundo Nacional de Políticas Públicas LGBT ou Instituições LGBT.
3. Pressionar o Congresso Nacional pela aprovação da Lei João Nery - Lei 5002/2013.
4. Incluir dotação de orçamento para implementação de políticas públicas para cidadania LGBT no PPA, LDO e LOA para políticas públicas LGBT.
5. Reservas de 10% de vagas para a comunidade LGBT no Congresso Nacional e na candidatura nos partidos políticos, fazendo assim uma modificação na Lei Federal já existente e garantindo o uso do nome social e respeito à identidade de gênero.
6. Instituir o acesso à seguridade social para os (as) profissionais do sexo, através de MEI – Micro Empreendedor Individual, vetada a contratação de outra pessoa, a fim de proibir a exploração sexual.

4. DINÂMICA DAS PLENÁRIAS/ELEIÇÕES DE DELEGADOS/ DELEGADAS

A plenária final ocorreu conforme a programação. Houve ampla adesão à plenária final, de todos os segmentos envolvidos na Conferência.

O processo de aprovação das propostas dos grupos se deu de forma organizada e seguindo a seguinte metodologia: cada conjunto de propostas foi apresentado para o grande grupo que podia realizar destaques, caso achasse necessário, para posteriormente, realizado o debate em torno dos mesmos, se aprovasse o texto final.

A eleição da delegação para a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT ocorreu na plenária final. Os candidatos foram divididos em segmentos e disputaram as vagas entre si, respeitando a cota reservada para negros e negras.

Ao final foram lidas as moções apresentadas ao longo de toda a Conferência e desenvolveu-se o processo de aprovação ou rejeição das mesmas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi marcada pela organização e ampla adesão dos participantes. A programação foi cumprida, a metodologia de trabalho proposta para os grupos funcionou perfeitamente e a plenária final transcorreu normalmente, mesmo diante dos desafios impostos pelas regras regimentais de eleição da delegação. A dinâmica estabelecida nas plenárias atende às necessidades de legitimação democrática de todo o processo decisório que envolve uma conferência de políticas públicas. Nos grupos de trabalho os desafios que se colocaram diante do grande número de participantes e da exiguidade de material de apoio, fundamental para o pleno desenvolvimento da metodologia deliberativa em torno das propostas, objeto das discussões, foi superado pela disposição dos participantes.

Considerando que o processo de participação social e política é um aprendizado constante não apenas para os cidadãos envolvidos, mas também para o conjunto da administração pública que se dedica a fomentá-la em suas atividades ordinárias, caso da atual gestão do estado de Minas Gerais, é que se deve manter vigilantes em relação a uma série de questões que podem ser aprimoradas em oportunidades análogas.

É importante avançar na ampliação da integração entre os organizadores da Conferência, buscando fomentar um ambiente de coordenação mais fina e detalhada entre os parceiros promotores do evento-conferência antes de sua realização, reduzindo as incertezas e os desgastes físicos, psicológicos e políticos. A produção de protocolos comuns para todas as conferências; o cadastro de servidores estaduais que possam se configurar como uma equipe mais ou menos constante com experiência de participação popular, além do envolvimento dos representantes da sociedade civil nesse processo é fundamental.

A produção e distribuição do material de trabalho também pode ser aprimorada, reduzindo os custos com a insegurança por eventuais lacunas de informação. Nesse sentido, pode ser importante o estabelecimento de um calendário razoável para o recebimento das propostas municipais, com o subsequente estabelecimento de um protocolo comum para a apreciação das mesmas (visando a dirimir questões relativas às redundâncias, erros de grafia, envio tardio ou extemporâneo, dentre outras), e, ainda, a confecção antecipada dos cadernos de propostas com posterior submissão aos participantes da organização da conferência, com vistas à verificação de eventuais omissões, lacunas e problemas relacionados.

A par dessas observações, a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT cumpriu com o seu desiderato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, L. (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez, 2010.

AVRITZER, L.; SOUZA, C. (Orgs.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013.

FARIA, C. F. **A estadualização dos formatos participativos no Brasil contemporâneo: a dinâmica participativa e a efetividade da inclusão política**. Relatório final de pesquisa financiada pela Fapemig, 2010.

HOCHMAN, G.; FONSECA, C. M. O. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, A. C. (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV/USF, 2000. p. 173-193.

SOUZA, C. et. al. Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. (Orgs.). **Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. Brasília: IPEA, 2013.

Programação Geral

ANEXOS

I – Programação

3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT

PROGRAMAÇÃO:

Sexta-Feira (16/10/2015):

14h – Início do Credenciamento

17h30min – Acolhimento das delegações – atração cultural

18h30min – Abertura do Evento e parcerias institucionais

Prefeitura Municipal Sede, Governo do Estado de Minas Gerais, Comissões de Participação Popular e Direitos Humanos da ALMG, Presidente da CEMIG, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública, Representante da ONU, Membros do Movimento LGBT (1 de cada segmento), Conselho Nacional LGBT e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT

20h – Leitura e Aprovação do Regimento Interno

Douglas Miranda (SEDPAC), Gustavo Teixeira (CRESS/MG) e Gisella Lima (IPR) – Comissão Organizadora

22h – Jantar Cultural

Sábado (17/10/2015):

6h30min – Alvorada LGBT e Café Colorido.

8h30min - Conferência Magna: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

Mediador: Nilmário Miranda – Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania.

Expositores: Keila Simpson – Presidente da Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros

Roger Raupp Rios – Juiz Federal do Estado do Rio Grande do Sul.

10h30min – Painéis:

PAINEL 1 – Direitos Fundamentais, Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência Contra a População LGBT

Coordenação SEDPAC: Ana Penido – Subsecretária de Participação Social/SEDPAC

Facilitação: Mariah Brochado Ferreira – Professora Associada da Faculdade de Direito da UFMG.

PAINEL 2 – Educação, Cultura e Comunicação em Direitos Humanos

Coordenação SEDPAC: Renata Rosa – Superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e articulação Institucional / SPM-SEDPAC

PAINEL 3 – Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social

Coordenação SEDPAC: Célia Nahas – Coordenadora Especial de Políticas para Criança e Adolescente

Facilitação: Kátia Souto – Diretora do Departamento de Gestão de Apoio a Gestão Participativa/SGEP/MS - Flávia do Bonsucesso Teixeira -Professora adjunta da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia | Denise Cunha – Assistente Social - CRESS/MG.

PAINEL 4 – Marcos Jurídico-Normativos, Segurança Pública e Sistemas de Justiça na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBT

Coordenação SEDPAC: Leonardo Nader – Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Facilitação: Roger Raupp Rios – Juiz Federal do Estado do Rio Grande do Sul

12h30min – Almoço cultural

14h – Grupos Temáticos para proposição das propostas:

EIXO 1 - Coordenação: Ana Penido – Subsecretária de Participação Social/SEDPAC

Relatoria: Eleição no grupo

EIXO 2 - Coordenação: Renata Rosa – Superintendente de Autonomia Econômica das Mulheres e articulação Institucional / SPM-SEDPAC

Relatoria: Eleição no grupo

EIXO 3 - Coordenação: Célia Nahas – Coordenadora Especial de Políticas para Criança e Adolescente

Relatoria: Eleição no grupo

EIXO 4 - Coordenação: Leonardo Nader – Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Relatoria: Eleição no grupo

18h – Jantar e Atividades Culturais.

22h – Encerramento.

Domingo (18/10/2015):

6h30min – Alvorada LGBT e Café Colorido.

8h30min – Plenária Final: aprovação das propostas, moções e eleição da delegação para a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

13h – Almoço Cultural e Encerramento.

II - Relação de Delegados Eleitos

Nome	Nome Social	Município	Representação	Titular/Suplente
LEANDRO MONTEIRO OLIVEIRA PINHO	LEA MONTEIRO OLIVEIRA PINHO	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
RICARDO REIS VIEIRA	RICARDO REIS VIEIRA	UBERLANDIA	Sociedade Civil	SUPLENTE
	HUMBERTO FERREIRA MACEDO		Sociedade Civil	SUPLENTE
BRUNO INACIO CORREA DE SOUZA	BRUNO INACIO CORREA DE SOUZA	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
NAIANE TEIXEIRA DAVIN	YAN TEIXEIRA DAVIN	SÃO JOÃO DEL REI	Sociedade Civil	SUPLENTE
LUZIMARA MATIAS	CAIO LUIZ MATIAS	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
ALVARO BOECHAT CHIARELLO		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
MARCO ANTONIO GATTI JUNIOR		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
FELIPE DE SOUZA LEITE		ALFENAS	Sociedade Civil	SUPLENTE
GUSTAVO DOMINGOS MELO PINTO		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
JUBER MARQUES PACÍFICO		JUIZ DE FORA	Sociedade Civil	SUPLENTE
THIAGO ALVES DA SILVA COSTA		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
THIAGO CAMPOS MARTINS		BARBACENA	Sociedade Civil	SUPLENTE
MARCIANO PACHECO VIANA		CONTAGEM	Sociedade Civil	SUPLENTE
	CARLOTA		Sociedade Civil	SUPLENTE
	SCARLA		Sociedade Civil	SUPLENTE
ISABEL ALVES	ISABEL ALVES	SETE LAGOAS	Sociedade Civil	SUPLENTE
	AISHA FONTINELLE		Sociedade Civil	SUPLENTE
AMANDA ALVES			Sociedade Civil	SUPLENTE
WALKIRIA GOMES	WALKIRIA GOMES		Sociedade Civil	SUPLENTE
	MARCELA ASSIS	ITABIRITO	Sociedade Civil	SUPLENTE
JOCYANE SILVA		CONSELHEIRO LAFAIETE	Sociedade Civil	SUPLENTE
PRISCILLA MESSIANE SANTOS		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
RAISSA KUHARA FERNANDES		UBERLÂNDIA	Sociedade Civil	SUPLENTE
CARLA ANDREA DE SOUZA SANTOS		UBERLANDIA	Sociedade Civil	SUPLENTE
GABRIELA LUCENTI		SÃO JOÃO DEL REI	Sociedade Civil	SUPLENTE

ROSANGELA GONÇALVES PEREIRA		PONTE NOVA	Sociedade Civil	SUPLENTE
ISABELA AUGUSTONELLI		ALFENAS	Sociedade Civil	SUPLENTE
FERNANDA SANTOS ROSSI		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	SUPLENTE
GLAUCIENE MESSIAS SOUZA LEAL		ITUIUTABA	Sociedade Civil	SUPLENTE
MARCELA SABRINY		IPATINGA	Sociedade Civil	SUPLENTE
MARINA GISSI DE OLIVEIRA		ALFENAS	Sociedade Civil	SUPLENTE
MARIA ANGELICA DE SOUZA FIGUEIREDO		MONTES CLAROS	Sociedade Civil	SUPLENTE
BARBARA RUFINO DE CARVALHO		ITUIUTABA	Sociedade Civil	SUPLENTE
MICHELLE DIAS DO PRADO		UBERLÂNDIA	Sociedade Civil	SUPLENTE
JOÃO MARIA KAISEN DE ALMEIDA	JOÃO MARIA KAISEN DE ALMEIDA	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
FREDERICO LEVY AMORIM		OURO PRETO	Sociedade Civil	TITULAR
	RAUL ALVIM CAPISTRANO	CONTAGEM	Sociedade Civil	TITULAR
MARIA IZABEL FERREIRA	PEDRO FERREIRA	UBERLANDIA	Sociedade Civil	TITULAR
	ANDREW CARL DINIZ BENZAQUEN	CONTAGEM	Sociedade Civil	TITULAR
	DIOGO OLIVEIRA GOMES	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
CARLOS HENRIQUE DA SILVA		MURIAE	Sociedade Civil	TITULAR
LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA		ITABIRITO	Sociedade Civil	TITULAR
ADAN PITTER NASCIMENTO		DIVINOPOLIS	Sociedade Civil	TITULAR
DERIK FILIPE FERREIRA ROSA		VARGINHA	Sociedade Civil	TITULAR
ANTONIO CARLOS LOPES		IPATINGA	Sociedade Civil	TITULAR
PAULO GIOVANNI		SÃO JOÃO DEL REI	Sociedade Civil	TITULAR
AZILTON FERREIRA VIANA		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
GUILHERME HENRIQUE TARGIRO MENEZES		UBERLANDIA	Sociedade Civil	TITULAR
EDMAR JOSÉ SIEROTA		UBERLANDIA	Sociedade Civil	TITULAR
BRUNO ANTONIO DE ANDRADE DAMASCENO	LIBERNINA DE ANDRADE DAMASCENO	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
EDIVALDO CANDIDO DA SILVA	LAURA ZANOTTI	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
REGIS AUGUSTO DA SILVA	YASCARAH SILVA	DIVINÓPOLIS	Sociedade Civil	TITULAR
WILLIAN MONTEIRO GIMENES	LILA MONTEIRO	UBERLÂNDIA	Sociedade Civil	TITULAR
GISELLA PEREIRA LIMA	GISELLA LIMA	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR

IDELCI LOPES DE SOUZA	SISSY KELLY LOPES	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
ALDERVAN DA SILVA MERCES	RHANY DA SILVA MERCES	BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
DALCIRA FERRÃO		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
LILIANE CRISTINA MARTINS		DIVINÓPOLIS	Sociedade Civil	TITULAR
ELIZETE PEREIRA DOS SANTOS		CONTAGEM	Sociedade Civil	TITULAR
ABELANGE RAMALHO DA SILVA		IPATINGA	Sociedade Civil	TITULAR
CINTIA MAURA JORGE SOARES		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
FERNANDA COELHO CARVALHO		IPATINGA	Sociedade Civil	TITULAR
ANNA CECÍLIA AMORIM		SETE LAGOAS	Sociedade Civil	TITULAR
PAULA MARIA DUARTE		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
PAULA LORRANE RODRIGUES DA SILVA		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
JULIANA SANTOS DE ARAUJO		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
GISELE BARBOSA E SILVA		CONSELHEIRO LAFAIETE	Sociedade Civil	TITULAR
MAYSA MATIAS ALVES PEREIRA		ALFENAS	Sociedade Civil	TITULAR
KENIA MARCIA ALVES RIBEIRO		BELO HORIZONTE	Sociedade Civil	TITULAR
LYLLIAN PAULA DA SILVA PIO RODRIGUES		AREADO	Sociedade Civil	TITULAR
JUNIA ROMAN CARVALHO		BELO HORTIZONTE	Governo	TITULAR
ANDERSON CUNHA SANTOS		CONTAGEM	Governo	TITULAR
NERICE CRISTINA L. COSTA OLIVEIRA		BELO HORIZONTE	Governo	TITULAR
ELIANE DIAS EVANGELISTA		BELO HORIZONTE	Governo	TITULAR
DAYARA SILVA CARVAKHO		BELO HORIZONTE	Governo	TITULAR
WAGNER FRANCIS MARTINIANO DE FARIA		DIVINÓPOLIS	Governo	TITULAR
DOUGLAS ESTEVÃO DE MIRANDA		CONTAGEM	Governo	TITULAR
BRUNO MIRANDA		UBERLÂNDIA	Governo	TITULAR
RILDO DE CARVALHO		POÇO FUNDO	Governo	TITULAR
VICTOR COSTA JHOSTENREIFER		MURIAÉ	Governo	TITULAR
EDISON WILLIAN DA SILVA SANTIMONI	BRENDA SANTIMONI	VIÇOSA	Governo	TITULAR
ROBERTO CHATEAUBRIAND DOMINGUES		BELO HORIZONTE	Governo	TITULAR
SABRINA ANTUNES VIDIGAL		CONTAGEM	Governo	TITULAR
ADIMILSON ALCANTARA ALVES		ARAÇUAI	Governo	TITULAR

LUCIANE DIAS DE OLIVEIRA		GOVERNADOR VALADARES	Governo	TITULAR
PAULO FELIPE LOPES DE CARVALHO			Governo	SUPLENTE
JULIO CEZAR PALHARES GLORIA			Governo	SUPLENTE
DALVA ESTELA LEITE NASCIMENTO			Governo	SUPLENTE
LEANDRO PINHEIRO DINIZ			Governo	SUPLENTE
RAMON LOPES MONTEIRO			Governo	SUPLENTE
LUANA DA SILVA RODRIGUES			Governo	SUPLENTE
MARCOS ANDRÉ MARTINS			Governo	SUPLENTE
MARA APARECIDA DE OLIVEIRA MONTEIRO			Governo	SUPLENTE
CARLOS BEM			Governo	SUPLENTE
MICHELLE GUIMARAES DOS SANTOS		PONTE NOVA	Governo	SUPLENTE
MARIO DE BARROS PORTELA		CONTAGEM	Governo	SUPLENTE
FABIOLA SCHETINO DE SOUZA			Governo	SUPLENTE
ELIANE PINHEIRO FERRAZ			Governo	SUPLENTE
CARLOS HENRIQUE VIVEIROS SANTOS			Governo	SUPLENTE